Le ricerche / As pesquisas / Las investigaciones

Gobierno Autónomo Municipal de La Paz

Faculdade São Lucas – Porto Velho

Municipalidad de Rosario

Fundação Cidade Mãe – Salvador

Prefeitura de Santos

Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

Frente Nacional de Prefeitos

Co.Co.Pa.

Progetto cofinanziato dall'Unione Europea

RELATÓRIO PORTO VELHO

- CONTEXTUALIZAÇÃO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade São Lucas 2008-2012, parceira do Projeto *Mirando al Mundo* do *Programa 100Città*, a mesma foi credenciada em Dezembro de 1999 e está localizada na região central de Porto Velho, em área de aproximadamente quatro hectares, com boas instalações, e sede própria.

Iniciou suas atividades acadêmicas em março de 2000, com os cursos de Turismo e de Administração (com as habilitações em Administração de Negócios e Administração Hospitalar). Em 2001, implantou os cursos de Nutrição, Biologia (bacharelado e licenciatura) e Administração Pública. No primeiro semestre de 2002 foram implantados os cursos de Fonoaudiologia, Enfermagem (bacharelado e licenciatura) e Biomedicina, em 2003 os cursos de Fisioterapia e Odontologia e em 2005 os cursos de Direito e Medicina. Destaque-se que os cursos de Administração Hospitalar, Turismo, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Biomedicina e Nutrição foram pioneiros no Estado.

A implantação da Faculdade São Lucas em Porto Velho, Rondônia baseou-se em diversos fatores sendo o principal sua localização geográfica, dentre outros que se seguem.

Nesta realidade se percebeu a carência de serviços administrativos no desenvolvimento no contexto social, econômico–financeiro e político da região Norte. As carências evidenciadas no estado de Rondônia do ponto de vista administrativo, bem como a necessidade de maior qualificação, formar profissionais capazes de lidar com as dificuldades do mercado e minimizá-las e promover a integração do conhecimento formal aos recursos e costumes regionais, a fim de prestar serviços de orientação administrativa a empresas (publicas e privadas) e

organizações de qualquer porte, promover a recuperação da saúde empresarial, propor formas de incrementar os negócios, tornando-os eficientes no contexto socioeconômico e político.

Com a expansão do crescimento sócio-cultural criado pela ambiente da amazonicidade e economia localcaracterizado pelo potencial turístico subutilizado, baixo índices de desenvolvimento social e econômico e, ainda pelo leque de opções de trabalho que a atividade turística oferece. Neste sentido, o curso foi proposto visando contribuir com a formação de profissionais capazes de implementar a potencialidade ociosa ou sub-utilizada e colaborar com as políticas para este setor, atuando desta forma no desenvolvimento sustentável.

A falta de profissionais licenciados em Biologia, e a necessidade crescente de formação também no nível básico aliado a necessidade de pesquisa que propiciem o desenvolvimento da região, nasceu o curso de Biologia além de ser a ciência básica para saúde.

O acentuado déficit de profissionais de saúde, situação que se traduz numa baixa cobertura na área de saúde, principalmente no tocante a algumas especialidades, o que impõe que grande número de pessoas seja encaminhado para tratamento fora do domicílio, em outras unidades da Federação, o que tem elevado substancialmente o custo da assistência à saúde prestada à população. Por outro lado, a carência de profissionais da área sujeita o estado a conviver, permanentemente, com profissionais graduados nos países limítrofes, muitos dos quais sem o devido registro profissional e/ou com formação profissional sem a adequada avaliação do sistema de ensino nacional.

Com a criação dos Cursos de Saúde ocorre a implementação das atividades de pesquisa em saúde, hoje pontualmente pouco desenvolvidas no estado. Nesse contexto, vários agravos à saúde ainda estão inexplorados por falta de motivação para a pesquisa científica, outro relevante papel dos docentes e discentes dos Cursos da Faculdade São Lucas. A esse respeito, reconhecemos Rondônia como uma região da Amazônia com várias lacunas no conhecimento e no processo de investigação científica sobre sua realidade cultural, entre outros agravos prevalentes no trópico úmido.

- ESCOLHA DO TEMA

Compreender as características da população de Rondônia e em especial da cidade de Porto Velho é primordial na execução das ações acadêmicas desenvolvidas.

Desta maneira a possibilidade de desenvolver ações, estudos e pesquisa que envolvam essa parcela da sociedade e agregam os princípios institucionais.

A cidade está em constante e permanente modificação, em grande parte decorrente do incentivo econômico proporcionado pelos investimentos da iniciativa privada e pública.

A necessidade e o compromisso de formar novos profissionais passa pelo conhecimento das realidades sociais e das características dos jovens e, neste contexto, tem se percebido um forte processo de desestruturação da condição social, especialmente da parcela envolvendo os adolescentes.

Fatores como a falta de oportunidades, acesso a sistemas básicos de ensino, saúde, trabalho, lazer dentre outros tem elevado os casos de conflitos sociais.

Sob a ótica da complexidade (MORIN, 2001) percebe-se que qualquer realidade se estabelece como produto da convergência de múltiplos fatores. Assim, entende-se que o contexto da cidade de Porto Velho hoje é decorrente de aspectos históricos, geográficos, políticos, sociais, educacionais, econômicos, etc.

No âmbito desse relatório o viés educacional foi priorizado. Primeiro, por uma razão natural em função da identidade da Instituição parceira, que olha a sociedade prioritariamente sob o prisma educacional, e também, porque há uma delimitação metodológica proposta pelo programa que estabelece limite para esse relatório, o que impõe escolhas, foco e concisão.

Assim, a Faculdade São Lucas, nessa etapa do programa, escolhe fazer uma leitura da situação juvenil sob a ótica educacional e parte do o entendimento de que a educação está sempre atrelada a uma concepção de sociedade. Sociedade é aqui entendida como uma produção humana, determinante e determinada pelas relações dos homens entre si e com a natureza.

Há um consenso: forma-se o homem para uma determinada sociedade. "A educação não molda o homem em abstrato, mas de cada sociedade e para ela..." (KARL MANNHEIN apud BASBAUM, 1977). A ação educativa não é neutra, pois está vinculada à sua sociedade, às relações de produção, e ao sistema político.

Como consequência do compromisso com a formação de jovens, foi natural o caminho que Instituição achou para desenvolver esse estudo sob o prisma educacional de - entender e compreender o hoje, para - desenvolver e melhorar o amanhã.

- DIFICULDADES E GANHOS NO PROCESSO DE PARCEIRIA

Compartilhar - essa é a palavra central e forte que marca esta parceria. Percebeu-se, em cada etapa, maior comprometimento dos profissionais que diretamente estavam envolvidos nos estudos e nas realizações das metas. Assim como, uma decorrente consciência de aprendizado institucional. Neste prisma é importante destacar que o principio de cooperação descentralizada, que perpassa todo contexto histórico do "Programa 100Città", se estabelece como um fator facilitador desse processo.

Portanto, a participação e o compartilhamento das experiências são os ganhos diretos e imediatos. O desenvolvimento do Portal e a criação de linhas de estudos específicas proporcionará uma maior compreensão das realidades sociais da Cidade de Porto Velho e do Estado.

Outro ganho que importa salientar é a participação dos jovens discentes que demonstram forte e intenso interesse que estudar e compartilhar o seu protagonismo.

Como todo processo de formação há dúvidas e dificuldades, aqui também ocorrem obstáculos, alguns superados com maior ou menor facilidade. Destacam-se especialmente os trâmites legais e administrativos de cada parceiro, público ou privado para alcançar os resultados propostos; as regras para a movimentação dos recursos do projeto, rígidas e

necessárias à responsabilidade fiscal no Brasil, como a obrigatoriedade de obedecer aos prazos para licitações e publicidade que são requisitos fundamentais dos atos públicos.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa notou-se a grande dificuldade de acesso às informações contidas em alguns órgãos públicos fato este que demostra justificável diante do tema proposta, e do sigilo que tais dados devem guardar.

Em consequência, a coleta ficou levemente prejudicada, no sentido de permitir um banco de dados mais detalhado dos conflitos urbanos na cidade.

- MATERIAL E MÉTODO

O foco deste estudo é a realidade social urbana, no município de Porto Velho-RO, envolvendo o universo infanto-juvenil.

Neste cenário os profissionais utilizaram dados oficiais coletados junto aos entes públicos tais quais Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secrecatria Estadual de Saúde do Estado de Rondônia (SESAU-RO) e Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais (DEAAI-RO). Após esta coleta, realizou-se revisões bibliográficas pertinentes à temática relacionada à desigualdade social e violência que podem influenciar na vulnerabilidade e oportunidades infanto-juvenis.

- A CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FRENTE A VIOLÊNCIA

O século XX é o século da descoberta, valorização, defesa e proteção da criança. Neste momento formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios. Diante das realidades de opressão, surgem os direitos de terceira geração, ou seja, os direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz e, recentemente, os direitos dos consumidores

(MARCÍLIO, 2009).

Já se fala em uma quarta geração de Direitos Humanos para este final de milênio: o "direito à democracia", condição essencial para a concretização dos Direitos Humanos.

> Mais do que um sistema de governo, uma modalidade de Estado, um regime político e uma forma de vida, a democracia, nesse final de século, tende a se tornar, ou já se tornou, o mais recente direito dos povos e dos cidadãos. É um direito de qualidade distinta, de quarta geração (ETIENNE-RICHARD,1997).

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral da recém-criada Organização das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fundada em fatos históricos e em doutrina precedente, a Declaração visa atingir o Homem todo e todos os homens e propugna por sua felicidade e seu bem-estar; buscando subordinar o privado ao público. É dado então, valorização à família, à comunidade, aos interesses, as necessidades e aspirações sociais do povo. Expressa uma ética que garante a condição de verdadeiro cidadão a todos os homens, conforme se lê já no primeiro parágrafo do preâmbulo do documento: "Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (MARCÍLIO, 2009).

Paralelamente ao desenvolvimento da doutrina dos Direitos Humanos, aprofunda-se o significado do conceito de cidadania, cuja ênfase está centrada no conjunto de direitos e responsabilidades necessárias para garantir a cada indivíduo sua participação plena na sociedade. Na clássica conceituação de Marshall, cidadania compreende direitos civis, necessários para garantir as liberdades individuais, direitos políticos, indispensáveis para permitir a participação no exercício do poder, e os direitos sociais, que cobrem a gama de direitos requeridos para assegurar que, dentro dos padrões de uma sociedade dada, cada indivíduo possa desfrutar da segurança oferecida pelo bem-estar econômico, compartilhar a herança sociocultural e viver digna e civilizadamente (MARSHALL, 1950).

Com os avanços da medicina, das ciências jurídicas, das ciências pedagógicas e

psicológicas, o século XX descobre a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser tidos como especiais.

Já em 1923, formulados por uma organização não-governamental, a International Union for Child Welfare, foram estabelecidos os princípios dos Direitos da Criança. A recém-criada Liga das Nações, reunida em Genebra no ano seguinte, incorpora-os e expressa-os na primeira Declaração dos Direitos da Criança. São apenas quatro os itens estabelecidos:

> 1. a criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente; 2. a criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos; 3. a criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração; 4. a criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, ante a existência de milhares de crianças órfãs ou deslocadas de seus pais e família, a ONU resolveu criar um Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada. Surge assim o UNICEF (United Nations International Child Emergency Fund) em 11 de outubro de 1946, com o objetivo de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra. Em seus primeiros três anos, os recursos do Fundo foram encaminhados para o auxílio emergencial (sobretudo em alimentos) a crianças dos 14 países arrasados pela guerra da Europa e da China, como também às crianças refugiadas da Palestina (1948 a 1952) vítimas da criação do Estado de Israel. Pela primeira vez tinha-se o reconhecimento internacional de que as crianças necessitavam de atenção especial.

Uma vez recuperada a Europa, a Assembléia Geral da ONU de 1950 recomendou que o Unicef transferisse suas atenções da ajuda de emergência para programas de longo alcance visando a melhoria da saúde e da nutrição das crianças dos países pobres. Em 1953, a Assembléia Geral decidiu que o Unicef seria um órgão permanente das Nações Unidas. Em 1958, a assistência do Unicef estendeu-se a um novo campo o dos serviços sociais para a criança e suas famílias. Com isso, teve seu raio de ação ampliado, incluindo a educação.

O ano de 1959 representa um dos momentos emblemáticos para o avanço das conquistas da infância. Nesse ano, as Nações Unidas proclamaram sua Declaração Universal dos Direitos

da Criança, de significativo e profundo impacto nas atitudes de cada nação diante da infância. Nela, a ONU reafirmava a importância de se garantir a universalidade, objetividade e igualdade na consideração de questões relativas aos direitos da criança. A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução. A Declaração enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para a promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação. A exploração e o abuso de crianças deveriam ser ativamente combatidos, atacando-se suas causas.

Fundada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e neste instrumento dos Direitos da Criança (1959) a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Até fins de 1996, os termos da Convenção já haviam sido ratificados por 96% dos países (com exceção dos Emirados Árabes Unidos, dos Estados Unidos, das Ilhas Cook, de Omã, da Somália e da Suíça) (UNICEF, 1964). Ao ratificá-los, esses países tornaram-se obrigados, por lei, a tomar todas as medidas adequadas (determinadas pela Convenção) para dar assistência aos pais ou responsáveis no cumprimento das obrigações para com suas crianças.

Os direitos consagrados pela Convenção de 1989 são abrangentes.

> "A Convenção define como criança qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade (artigo 1), cujos 'melhores interesses' devem ser considerados em todas as situações (artigo 3). Protege os direitos da criança à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento (artigo 6), e suas determinações envolvem o direito da criança ao melhor padrão de saúde possível (artigo 24), de expressar seus pontos de vista (artigo 12) e de receber informações (artigo 13). A criança tem o direito de ser registrada imediatamente após o nascimento, e de ter um nome e uma nacionalidade (artigo 7), tem o direito de brincar (artigo 31) e de receber proteção contra todas as formas de exploração sexual e de abuso sexual (artigo 34) []" (Unicef, 1994).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (2011) estabelece como criança a idade compreendida até os doze anos incompletos e adolescente as idades entre doze e dezoito anos.

A violência acomete o mundo contemporâneo em todas as suas instâncias e se manifesta de variadas formas. Ela está presente em toda sociedade e não se restringe a determinados espaços, a determinadas classes sociais, a determinadas faixas etárias ou a determinadas épocas. É equivocado pensar que ela se vincula apenas e diretamente à pobreza, aos grandes centros urbanos, aos adultos e aos dias de hoje. Verifica-se, por exemplo, o crescimento das práticas da violência entre os jovens de classes médias e de segmentos privilegiados da sociedade, nos seus diferentes espaços de atuação: na família, na escola ou na rua. (CAMACHO, 2011)

Alberto Melucci expõe a sua compreensão de adolescência dizendo que ela é um primeiro momento da juventude e que não pode ser vista somente como fase de transição entre a infância e a vida adulta, como meta última da maturidade, mas como um período do ciclo vital no qual há processos específicos de transformação que investem as dimensões mental e corpórea, as relações com os outros e com o mundo. Através dessas mudanças se tornam visíveis uma organização da vida afetiva, modelos de pensamento, formas de relações, que vêm em primeiro plano, renegando temporariamente ao fundo outras partes da experiência. (MELUCCI e FABBRINI, 1992)

Piaget, em sua obra O Julgamento Moral da Criança (1932/1977) estudou, entre outros conceitos, as noções de justiça de crianças e adolescentes concluindo pela existência de três diferentes tendências de respostas: até cerca de sete a oito anos, predominam as noções de justiça como subordinada à autoridade adulta.

Na justiça retributiva as sanções expiatórias são mais escolhidas que as por reciprocidade. Ao considerarem uma situação que envolve as duas justiças, a retributiva e a distributiva, as crianças tendem a achar a necessidade de punição (justiça retributiva) mais importante que o tratamento igualitário (justiça distributiva). Há a crença na justiça eminente e, em resposta à questão sobre o que é injusto, tendem a apontar as condutas que são contrárias às ordens dos adultos, como mentir, roubar, quebrar, ou seja, ações e comportamentos considerados inadequados ou proibidos.

Entre oito e onze anos de idade, no campo da justiça retributiva, as sanções por reciprocidade são preferidas pelas crianças às expiatórias. Na justiça distributiva, a igualdade prevalece sobre a autoridade ou sobre a necessidade de sanção (justiça retributiva). É considerado como injusto aquilo que quebra as regras de um jogo ou as condutas contrárias à igualdade.

Acima de 12 anos, em média, a justiça igualitária passa a ser enriquecida pela noção de equidade. Assim, na justiça distributiva, não se trata de afirmar a lei igual para todos, mas de considerar as circunstâncias pessoais de cada um. Do mesmo modo, na justiça retributiva, consideram-se os atenuantes ao julgar-se uma ação. Além das condutas contrárias à igualdade, esses adolescentes tendem a considerar como injustiça fatos relativos à sociedade adulta, como as injustiças de ordem econômica e política (MENIM, 2000).

Esses três períodos nas concepções de justiça revelam a existência de duas tendências morais antagônicas que marcam todo o desenvolvimento moral da criança: a heteronomia, ou moral do dever e da obediência e a autonomia, ou moral do bem, do respeito mútuo. Estas, por sua vez, são praticamente determinadas pelas relações sociais que vivem as crianças. Se predominam relações de respeito unilateral, de coação do mais forte ao mais fraco, a moral possível é a da obediência. Ao contrário, se a criança puder viver relações entre iguais, relações de cooperação, pode então surgir a moral da autonomia (Menim, 2000).

- A POPULAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

As cidades brasileiras vivem um acelerado processo de desenvolvimento econômico, político e social. Esse processo evolutivo decorrente do atual estágio da globalização além de facilitar a socialização de informações fomenta crescimento.

A circulação de informações gera movimentação nas sociedades, os indivíduos mais bem informados buscam melhoria da qualidade de vida, fazendo com que as cidades absorvam grande contingente de pessoas em processo de migração. Historicamente a migração já foi

decorrente de fatores políticos, guerras, aspectos climáticos, e ultimamente da movimentação voluntária, consequente da busca de oportunidades.

Segundo Jurandir Sanches (2002) o processo migratório voluntário é:

> *A expressão migração voluntária significa em movimento em que os indivíduos são livres para escolher sua saída do local de origem em direção a outros que lhe permitam a realização de uma expectativa de melhoria no seu padrão de vida.*

O movimento migratório está contribuindo para o desenvolvimento e aumento populacional da cidade de Porto Velho, que é capital e o maior município do estado de Rondônia, tanto em extensão territorial quanto em população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município possui atualmente:

Tabela 01. Dados demográficos do Município de Porto Velho-RO.

Índicadores	**n**
População 2010	428.527
Área da unidade territorial (Km²)	34.096,43
Densidade demográfica (hab/Km²)	12,57

Fonte:IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Demográfico 2010.

Os últimos estudos publicados pelo (IBGE), demonstram que a cidade na última década possui dois momentos distintos em relação ao aumento populacional:

- no primeiro quinquênio a população teve um aumento de 13% (treze por cento), decorrente de processo migratório voluntário, passando de 294.220 em 1999 para 334.661 em 2005;
- no segundo quinquênio da década, observando o último estudo publicado em 2010, percebe-se que o aumento populacional foi de 43% (quarenta e três por cento).

Tabela 02. Indicador Populacional (IDI) - IBGE

Período	**População**
1999	294.220
2005	334.661
2010	428.527

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Demográfico 2007, 2010

Esse aumento populacional é decorrente do investimento econômico, dentre outros fatores, onde a cidade recebeu 5 mil novas empresas em apenas um ano, além de 30 mil novos empregos. (CAMATA JUNIOR, 2011)

Segundo Valdemar Camata Junior (2011), economista e presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), o Estado possui hoje a maior taxa de ocupação da população economicamente ativa da região Norte (94,6%) e a segunda menor taxa de desemprego do Brasil. A renda média do trabalhador portovelhense é também a mais alta da região (R$ 880,00, acima da média nacional).

> *"Rondônia possui hoje a maior taxa de ocupação da população economicamente ativa da região norte, 94,6%. Isto inclui a renda média do trabalhador, R$ 880,00, a maior da região. Desse total, 12,1% trabalha na indústria"* (CAMATA JUNIOR, 2011).

Essas características, também confirmada pelo (CENSO/2010/IBGE), demonstram que, majoritariamente, o perfil das oportunidades de trabalho está situado na prestação de serviço.

Tabela 03. Composição econômica de Porto Velho-RO

Ítem	Percentual
Serviços	83,80%
Agropecuária	5,30%
Industria	10,90%

Fonte :IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Demográfico 2010

A oferta de emprego tem provocado a migração para Porto Velho, reforçando a tendência de migrações internas na região. Entretanto, a oferta de bens e serviços públicos não estão acompanhando o atual ritmo de crescimento da população. (CAMATA JUNIOR, 2011)

- CONTEXTO E REALIDADE JUVENIL DE PORTO VELHO

Ao analisar os dados oficiais pode ser observada uma mudança de concentração populacional juvenil, demonstrado nos gráficos 1 e 2 do IBGE, que no ano 2000 apresentava sua maior fatia populacional nas faixas etárias de 10-19 anos, representando 11,6%. No final da

década (2010), essas mesmas faixas etárias apresentam-se reduzidas para 9,8%. Entretanto, houve um aumento populacional absoluto de 6.319 adolescentes no período.

Houve um crescimento da faixa etária adulto-jovens (20-24 anos) no ano de 2010, o que indica um envelhecimento da população, assim como, uma diminuição da taxa de natalidade, evidenciadas nos referidos gráficos.

Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br

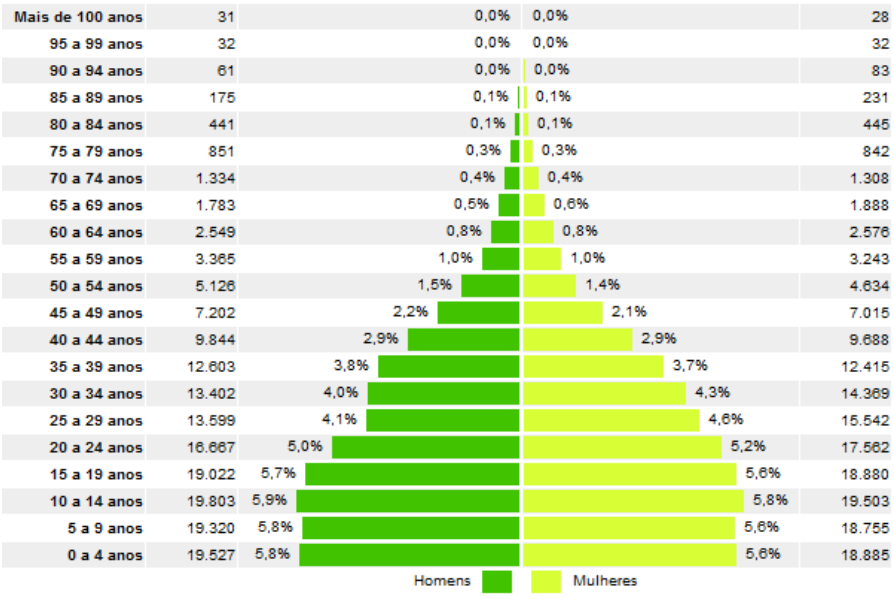

Gráfico 1- Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Porto velho – RO no ano 2000.

Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br

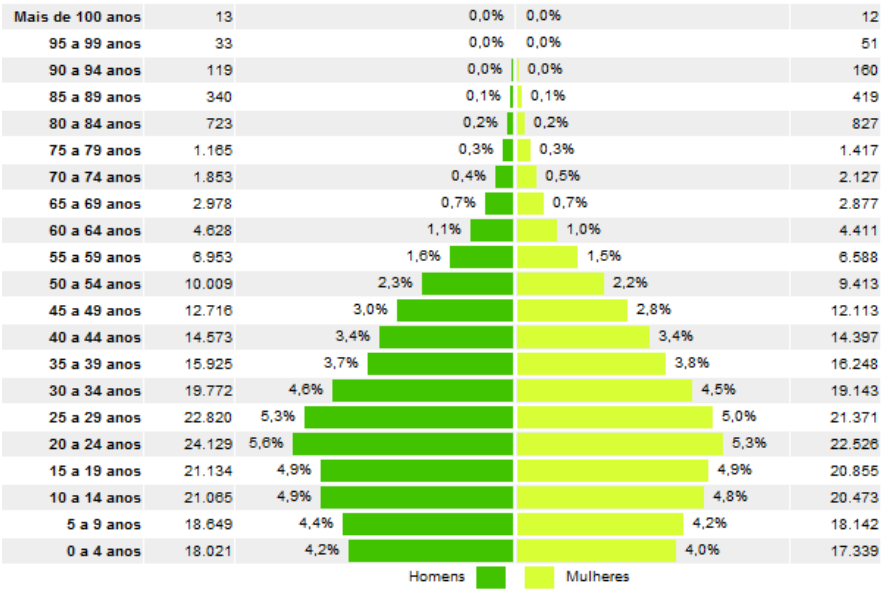

Gráfico 2- Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Porto velho – RO no ano de 2010.

O crescimento da população juvenil, mesmo que não demonstre aumento percentual significativo, representa para o Município de Porto Velho, um aumento real do contingente escolar de Ensino Fundamental e Médio, fato este que não se observa nos quantitativos oficiais da tabela 04. A tabela permite inferir que houve uma redução na quantidade de jovens matriculados nos três níveis da Educação Básica.

A tabela 05 revela que houve uma redução no número total de unidades escolares na cidade, um caminho inverso ao aumento populacional. Este contra-senso entre o aumento populacional e a diminuição do número de escolas e, consequentemente, de alunos matriculados, pode representar, a curto prazo, um aumento no nível de desigualdade social e redução das oportunidades aos jovens.

Tabela 04. Número de crianças matriculadas no município de Porto Velho-RO

Descrição			***2005***	***2007***	***2009***
Matrícula	Ens. Fundamental	P. Estadual	43525	42743	43020
		P. Municipal	26518	25937	26464
		Privada	8788	9111	9213
	SUBTOAL		**78831**	**77791**	**78697**
Matrícula	Ens. Médio	P. Estadual	10408	9886	10788
		P. Municipal	138	90	0
		Privada	2739	2258	2344
	SUBTOAL		**13285**	**12234**	**13132**
Matrícula	ens. Pré escolar	P. Estadual	1410	707	696
		P. Municipal	5492	6320	7749
		Privada	4189	3392	2220
	SUBTOTAL		**11091**	**10419**	**10665**

Tabela 05. Número de escolas no município de Porto Velho-RO

Descrição		***2005***	***2007***	***2009***
Escolas	Ens. Fundamental	282	272	247
Escolas	Ens. Médio	48	47	45
Escolas	Ens. Pré escolar	91	89	79

O registro de matriculas da tabela 04 na rede municipal para o Ensino Médio foi igual a zero, por cumprir um requisito legal. Neste aspecto é importante salientar que a competência de cada ente da federação é estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 211, *verbis*:

> Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
> § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
> **§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)**
> **§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)**
> § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

- VIOLÊNCIA

Segundo MINAYO:

> Nunca é demais relembrar que "é, hoje, praticamente unânime [...] a idéia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas" (1994). A violência trata-se de um "fenômeno histórico-social, construído em sociedade", portanto, "pode ser desconstruída" (1999).

A desconstrução da violência exige o envolvimento dos sujeitos, das instituições e da sociedade, em suas multidimensionalidades – física, mental, emocional, ética, espiritual, econômica, jurídica, política etc. O sistema educacional tem uma responsabilidade especial nesse processo. Se, por um lado, é fundamental não ceder à tentação de colocar a responsabilidade pela transformação da sociedade nos ombros da educação ou de considerar que as injustiças sócio econômicas poderão ser solucionadas por um ensino de qualidade, por

outro lado, é inegável o papel crucial que desempenha na formação intelectual e moral das novas gerações (MILANI, 2003).

Um dos fatores para que os adolescentes tenham sido envolvidos neste cenário da violência é a dificuldade de pais, profissionais de educação e de saúde, e governantes em compreenderem as características e necessidades dessa etapa uma vez que a violência pode ser também um aspecto de influência social quanto à saúde infanto-juvenil.

> *"A paz, a educação, a habitação, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, a conservação dos recursos, a justiça social e a eqüidade são requisitos fundamentais para a saúde" (CARTA DE OTAWA, 1986)*

A adolescência é marcada por profundas transformações nas quais se entrelaçam processos de amadurecimento físico, mental, emocional, social e moral, que são influenciados pelas peculiaridades inerentes a cada sujeito, pelo seu ambiente sociocultural e pelo momento histórico, o que torna complexa a sua delimitação ou conceituação (OSÓRIO, 1989; COSTA, 1999).

Os dados oficiais apurados pela Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais (DEAAI), demonstram na tabela 05 que há um decréscimo nos níveis dos diferentes atos infracionais juvenis e ações desenvolvidas pela DEAAI:

Tabela 05. Número de infrações cometidas por adolescentes no Município de Porto Velho-RO

Natureza do Fato	***2007***	***2008***	***2009***	***2010***
Procedimentos Instaurados	2.229	2.666	2.158	1.640
Flagrantes	309	232	156	91
Adolescente na direção	122	170	198	153
Furto	473	363	338	186
Homicidio	41	28	20	12
Latrocinio	14	2	6	1
Lesão Corporal	41	272	269	157
Posse de arma	80	107	79	28
Posse de entorpecente	407	483	423	306
Roubo	287	275	258	134
Tentativa e homicidio	42	41	29	19
Estupro	0	0	10	18
Atentato Violento ao pudor	0	0	20	12
Ocorrência Reg. Na DEAAI	0	653	576	362
Ocorrência em outras DPs	0	2.639	2.036	1.464

Intimações entregues	0	1.882	2.028	389
Busca e apreensão cumprido	0	200	219	64
Busca e apreensão pendente	0	108	468	312
Ordens de emissão expedidas	172	254	300	265
Ordens de emissão cumpridas	172	205	248	216
Operações realizadas	0	40	62	36
Conduções coercitivas cumpridas	0	336	242	51

Fonte: Relatorio de atividades desenvolvidas pela DEAAI ano 2010

Não há como elencar as causas da redução dos índices de atos infracionais juvenis evidenciados na tabela 05. Historicamente pode-se identificar medidas que cooperaram para minimizar esses índices, como: o acesso a escola - universalizado no Brasil desde o final da década de 80; o Ensino Fundamental - obrigatório desde 1996 (LDB /1996) e existência de atuais projetos e medidas sócio-educativas em Porto Velho.

Entretanto, estudo realizado na Casa do Adolescente Sentenciado no ano de 2007 – primeira etapa do projeto Mirando AL Mundo – que revelou que dos 122 adolescentes participantes do estudo, apenas 03 (três) possuíam o 9º (nono) ano do Ensino Fundamental. Estes dados permitem o levantamento da hipótese de que o baixo nível de escolaridade é um fator de vulnerabilidade juvenil, colocando o adolescente ora como vítima, ora como vitimizador. (MIRANDO AL MUNDO, 2008)

Tabela 06. Escolaridade de crianças internas na Casa do Adolescente Sentenciado no Município de Porto Velho-RO

ITEM					***IDADE***				
ESCOLARIDADE	**NI**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**TL**
S/Instrução	-	-	1	1	5	11	3	-	**21**
1º ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	**0**
2º ANO	1	-	-	-	2	2	2	1	**8**
3º ANO	-	-	1	1	1	1	-	-	**4**
4º ANO	-	-	-	2	-	-	3	-	**5**
5º ANO	1	-	2	3	3	6	1	-	**16**
6º ANO	4	1	-	4	7	12	12	1	**41**
7º ANO	-	-	-	1	3	7	3	-	**14**
8º ANO	-	-	1	1	1	4	3	-	**10**
9º ANO	-	-	-	-	1	1	1	-	**3**
total	**6**	**1**	**5**	**13**	**23**	**44**	**28**	**2**	**122**

- EQUIPE E PRODUTO DECORRENTE DESTE PROJETO

Atuarão diretamente neste trabalho quatro profissionais de diversas áreas do saber com o objetivo de planejamento e acompanhamento da criação do portal para produção de conhecimento e sistematização de informações para alimentação do portal.

Este portal denominado **Observatório Juvenil *"Mirando AL Mundo Porto Velho"*** tem como finalidade registrar, sistematizar, classificar e prover informações acerca das realidades urbanas, movimentos sociais e acompanhar os diversos cenários sociais e de vulnerabilidade que possam acometer o grupo foco deste observatório, a infância e a juventude.

O banco de dados disponibilizados e expostos neste ambiente virtual poderá oferecer informações e subsídios quantitativos bem como auxiliar na formulação de diversas políticas públicas além de expor a realidade infanto-juvenil do município de Porto Velho.

- FONTE ALIMENTADORA DO PORTAL

A busca por meios eletrônicos de sites oficiais e diversos de notícias serão consultados diariamente e, assim, atualizados sempre com a utilização de palavras chaves em terminais de computadores da instituição parceira, a Faculdade São Lucas.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma evidente violência estrutural permeia a sociedade brasileira e manifesta quadro de injustiças sociais, diferenças econômicas, exclusão e falta de oportunidades que atinge a maioria da população e, em conseqüência, crianças e jovens. Essa realidade, considerada por muitas vezes comum, natural e inevitável pode ser a base para expor crianças e jovens há inúmeras modalidades de violência, que é a forma mais fácil de ser evidenciada.

Entretanto, é essencial que se desenvolva ações concretas que viabilizem tomadas de decisões imediatas como expor a realidade vivenciada por esta faixa etária do mundo infanto-

juvenil. Mediante observação desta realidade pode-se realizar ações e, concomitantemente, haver mudanças estruturais nos sistemas econômico, político e jurídico.

Necessário se faz um esforço da sociedade no sentido de colaborar efetivamente para o desenvolvimento integral das gerações em formação. Urge estar convicto da necessidade e viabilidade do trabalho integrado, em nível dos microssistemas, em processos sistemáticos e permanentes de educação para a paz, para o respeito aos direitos humanos e à diversidade, e para os valores éticos universais. A infância é a base deste processo e a partir da adolescência, etapa crucial na formação da identidade, precisa ser aproveitada para que sejam ensinadas a cooperação, a solidariedade, a resolução pacífica de conflitos e a inseparabilidade entre direitos e deveres na vida em sociedade.

Na busca de caminhos possíveis, o adolescente precisa ser reconhecido como um dos protagonistas. Enquanto ele for visto e tratado apenas como um problema, será excluído da possibilidade de canalizar construtivamente suas energias como agente de transformação social. Neste momento o olhar deve-se voltar as questões sócio-educacionais que culminaram na falta de oportunidades e vulnerabilidade infanto-juvenil.

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASBAUN, LEONCIO. Alienação e humanismo. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. Educ Pesq, São Paulo, v. 27, n. 1, June 2001.

CAMATA JUNIOR, Valdemar. Artigo – Rondônia: Economia e Desenvolvimento: disponível em: http://www.fiero.org.br/. Visitado em 02/09/2011.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1ª., Ottawa, 21 novembro 1986. Carta de Ottawa para promoção da saúde. Acessado em 17 de set. 2011.

ETIENNE, Richard, Mbaya. Gênese, Evolução e Universalidade dos Direitos Humanos Frente à Diversidade de Cultura, in Revista Estudos Avançados, USP.II, 30-mai.-ago./1997, p. 20.

FACULDADE SÃO LUCAS, Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI, 2008-2012.

MARCíLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira - Século XX.Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo Comissão de Direitos Humanos [online]. 2009. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28339-28350-1-PB.pdf .

Acessado em 10 de set de 2011.

MARSHALL, Thomas Humphre. Citizenship and Social Class and Other Essays, Cambridge, Cambridge University Press, 1950.

MELUCCI, Alberto e FABBRINI, Anna. L'etá dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza. Milano: Feltrinelli, 1992.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicol. Reflex. Crit.* [online].2000, vol.13, n.1, pp. 59-71. ISSN 0102-7972. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100008. Acessado em 10 de set. 2011.

MILANI, Feizi M. Adolescência e violência: maisuma forma de exclusão. Educação em Revista, 2003 Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/milani.pdf . Acessado em 10 de set. 2011.

MILANI, Feizi M. Adolescência e violência: maisuma forma de exclusão. Educação em Revista, 2003 Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/milani.pdf . Acessado em 10 de set. 2011.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10 (supl. 1), p. 07-18, 1994.

_____, M. C. S. , SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir

do campo da Saúde Pública. Ciência & Saúde Coletiva, v. 1, n. 4, p. 7-32, 1999.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 177p.]

OSÓRIO, L. C. Adolescente hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. *Geografia do Brasil* – 4. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. Pág 392

TORINO. Setor de Cooperação Internacional e Paz, Olhando o Mundo, Observatório do Mundo Juvenil no Brasil- Relatório da Primeira fase, 2008, Torino.

UNICEF, A Infância dos Países em Desenvolvimento. Um Relatório do Unicef, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964, p. 155.

UNICEF, A Infância dos Países em Desenvolvimento. Um Relatório do Unicef, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964, p. 155.

UNICEF, A Infância dos Países em Desenvolvimento. Um Relatório do Unicef, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964, p. 155.

UNICEF, Situação Mundial da Infância, 1997 , Brasília, Unicef, 1997, p. 9.

UNICEF, Situação Mundial da Infância, 1997 , Brasília, Unicef, 1997, p. 9.

Autores:

Prof. Dr. Ricardo Pianta Rodrigues da Silva
Professor do curso de Medicina da Faculdade São Lucas
Coordenador de Extensão Universitária da Faculdade São Lucas

Honório Moraes Rocha Neto
Advogado, Especialista em Direito Administrativo e Constitucional
Responsável pelo Núcleo de Projetos da Faculdade São Lucas

Profa. Ms. Ana Karolina Zampronio Bassi
Professora do curso de Fonoaudiologia da Faculdade São Lucas

Profa. Ms. Hélia Cardoso Gomes da Rocha
Professora de didática dos cursos de Pós-Graduação da Faculdade São Lucas
Coordenadora Pedagógica da Faculdade São Lucas